

Brasil

Conjuntura Ha-Joon Chang aponta lições da Coreia do Sul para a economia brasileira

Desenvolvimento depende de política industrial de longo prazo

Vanessa Jurgenfeld
De São Paulo

O economista sul-coreano Ha Joon-Chang, professor na Universidade de Cambridge, ressaltou ontem a importância da política industrial de longo prazo para o desenvolvimento econômico de um país. Conhecido pelo livro "Chutando a Escada", ele defendeu a necessidade de o Brasil investir em infraestrutura e em indústria de alta tecnologia para melhorar o padrão de vida de sua população.

Ele destacou que não basta uma política de corte de impostos para incentivar alguns setores na economia em um momento de crise, sendo preciso desenhar uma política industrial de longo prazo em que sejam desenvolvidas atividades industriais "que só poucas pessoas podem fazer".

Fazendo uma comparação, Chang afirmou que a política industrial na Coreia do Sul foi fundamental para o seu desenvolvimento. "Nos anos 1960, o PIB per capita da Coreia era de US\$ 80, em um momento em que Chile e Argentina tinham provavelmente PIB per capita de US\$ 400 e o Brasil, provavelmente de US\$ 200", disse.

Segundo ele, apesar das críticas que existiram, o quadro melhorou para a Coreia porque houve o desenvolvimento da indústria siderúrgica, automobilística e de eletrônicos. "E temos o padrão de vida que temos hoje, que é de US\$ 22 mil de PIB per capita, enquanto a Argentina deve estar em US\$ 8 mil. Nós éramos 20% da Argentina e agora somos três vezes mais", afirmou. "Quando começamos, todos estavam céticos, e alguns diziam que países como a Coreia deveriam desenvolver apenas a indústria intensiva em mão de obra, o que fizemos. Mas, ao mesmo tempo, desenvolvemos outros tipos de indústrias e usamos nossa taxa de

câmbio para importar tecnologias mais avançadas, aprendendo com isso", destacou.

Na visão do economista, as políticas protecionistas para o setor industrial foram fundamentais não só para a Coreia neste período de avanço industrial, mas para diversas nações hoje desenvolvidas alcançarem o padrão que hoje ostentam. Mas defendeu que essas políticas sejam temporárias, o que não significa só um ou dois anos. "Podem ser de 20 anos, mas um dia devem ser retiradas e as empresas que as receberam devem ter desenvolvido a sua produtividade", destacou. "Fazendo uma analogia, há alguns remédios que criam temporariamente uma melhora no seu estado físico. Quando você toma esse medicamento, precisa usar essa recuperação temporária para mudar sua vida, fazer exercícios, mudar a alimentação, para no longo prazo viver sem o medicamento. Não adianta tomá-lo e não fazer nada, pois criará dependência disso para se sentir melhor".

Na avaliação de Chang, o Brasil tem feito ações importantes no setor aeroespacial, na exploração de petróleo, no etanol, "mas não está explorando todo o seu potencial". Citou, por exemplo, que nos anos 1980, a indústria manufatureira representava quase 30% do PIB. Hoje, essa fatia está em 13% e com previsões de que represente apenas 9% no futuro. "Parte disso pode ser considerada desindustrialização natural, mas grande parte ocorreu porque o Brasil abriu mão de desenvolver suas atividades manufatureiras", disse. "Se você destruiu sua indústria por 30 anos, não pode esperar que ela volte à vida simplesmente com uma taxa de juros e uma taxa de câmbio mais favoráveis em dois ou três anos".

Crítico do neoliberalismo, Chang disse que "ninguém tem o monopólio da verdade" e que a



Ha-Joon Chang, professor de Cambridge: "O Brasil abriu mão de desenvolver suas atividades manufatureiras"

"economia não é como as ciências naturais, em que você definitivamente prova coisas". Segundo ele, "a política também é fundamental para a economia, não podendo ser tratada da mesma forma que a química e a física".

Em um olhar para a economia americana, o economista disse acreditar que há uma nova bolha por conta do 'descolamento' existente entre os preços dos ativos no mercado financeiro em ascensão e a fraca recuperação da economia real americana. "O mercado de ações está no seu mais alto nível de todos os tempos, mas de outro lado, a economia real não

vai muito bem", afirmou.

Não há como a economia americana sustentar o atual nível do mercado de ações, na avaliação de Chang. "Os preços estão irrealistas. O futuro não parece muito bom. Mesmo que essa recuperação relativa esteja ocorrendo no setor financeiro, o salário médio está mais baixo do que antes da crise, há muitas pessoas desempregadas e muitas que só conseguem achar trabalho para meio período", disse, citando que nesse tipo de situação, sem investimentos na economia real, não há sustentação da demanda no futuro.

"Isso caracteriza claramente

uma bolha", disse. "Se você lê a imprensa financeira mundial, muitas pessoas falam de bolha. Mas muitos estão inflando essa bolha sem se importar, porque acreditam que vão inflá-la talvez por mais um ou dois anos e depois sair do mercado antes de ela estourar. Isto é uma ilusão coletiva porque cada um acredita que será a pessoa esperta e poderá sair antes do estouro, mas haverá um momento em que ninguém conseguirá sair".

Chang participa nesta semana do Latin American Advanced Programme on Rethinking Macro and Development Economics (Laporde), na Fundação Getúlio Vargas.

Brasil pode crescer a 5% ao ano, diz economista

Francine De Lorenzo
De São Paulo

É viável para o Brasil crescer a um ritmo de 5% ao ano, num horizonte de cinco anos, se desenvolver uma política industrial mais ambiciosa, afirmou ontem o professor da Columbia University (EUA) e ex-ministro das Finanças da Colômbia, José Antonio Ocampo.

Segundo Ocampo, que fez uma palestra na Fundação Getúlio Vargas (FGV), isso seria possível se o Brasil investisse mais, mantivesse uma taxa de câmbio competitiva e avançasse na integração regional, apostando na venda de manufaturados.

"A única forma de o Brasil crescer mais é incrementando sua política industrial e entrando para as ligas de comércio de manufatura", ressaltou. Embora na sua avaliação a política industrial brasileira seja "de longe a mais ativa da América Latina", ainda assim precisa ser aprimorada.

Ocampo destacou, por exemplo, que os gastos do Brasil com pesquisa deveriam subir de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) para, no mínimo, 1,5%.

Com a crise internacional, segundo Ocampo, havia a expectativa de que o Brasil conseguira "normalizar" sua taxa de juros, considerada alta para os padrões internacionais. Atualmente, a taxa Selic é de 10% ao ano, cerca de 4,2% acima da inflação. O ideal, diz ele, seria o país apresentar juro real ao redor de 1% ao ano, como acontece em outras nações.

"O Brasil tem que encontrar um mecanismo para equilibrar sua taxa de juros com o resto da América Latina", afirmou. "O problema do Brasil não é a dívida pública alta, é a taxa de juros elevada. Não gosto de contabilidade criativa, mas o Brasil não é o único pecador nesse ponto", acrescentou

Atividade Econômica

Indicadores agregados

	dez/13	nov/13	out/13	set/13	ago/13	jul/13	jun/13	mai/13	abr/13	mar/13
Indústria										
Produção física industrial (IBGE - %)*										
Total	-	-	0,6	0,5	0,2	-2,5	2,4	-2,1	1,9	0,9
Indústria de transformação	-	-	0,4	0,4	0,3	-2,8	2,5	-2,3	1,8	1,0
Bens de capital	-	-	0,6	0,4	0,3	-4,6	6,8	-3,4	3,2	1,0
Bens intermediários	-	-	0,3	0,1	0,6	-0,7	0,0	-1,0	0,2	0,9
Bens de consumo	-	-	0,3	-0,4	-0,5	-3,0	3,8	-1,5	1,7	1,1
Faturamento real desazonalizado (CNI - %)	-	-	-1,2	-2,8	4,2	-1,3	0,6	-1,9	3,0	4,4
Indicador do nível de atividade - INA (FIESP - %)*	-	-	-0,4	0,2	0,0	-2,4	1,8	-2,5	0,4	0,8
Vendas reais (FIRJAN - %)**	-	-	2,1	7,5	8,2	6,6	2,2	-0,2	1,70	-2,6
Comércio										
Receta nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %)*2	-	-	0,7	0,8	1,2	2,1	0,8	0,8	0,9	0,8
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %)*2	-	-	0,2	0,5	0,9	2,1	0,3	0,3	0,6	0,1
Consultas ao sitecheque (ACSP - %)*3	-	-	2,0	2,9	1,1	1,7	1,0	-4,1	0,0	3,3
Consultas ao sistema de proteção ao crédito (ACSP - %)**	-	-	4,3	2,5	2,0	3,3	1,4	-2,8	1,3	9,1
 Mercado de trabalho										
Taxa média de desocupação (IBGE - em %)	-	-	4,6	5,2	5,4	5,3	5,6	6,0	5,8	5,7
Taxa de desemprego total (DIEESE - % da PEA)***	-	-	9,40	9,60	10,00	10,40	11,00	11,30	11,40	10,90
Nível de emprego na indústria (FIEESP - %)	-	-	-0,47	-0,18	0,03	-0,55	-0,20	-0,19	0,15	1,04
Nível de emprego em São Paulo (SEADE/DIEESE - %)	-	-	0,1	-0,1	0,2	-0,1	0,4	0,1	0,4	0,1
Balança comercial (US\$ milhões)****										
Exportações	242.178	241.080	240.691	239.633	238.635	239.592	239.788	238.007	239.400	238.335
Importações	239.617	238.928	240.470	237.535	236.127	235.084	230.516	230.243	229.437	226.504
Saldo	2.561	2.152	221	2.098	2.508	4.508	9.272	7.764	9.963	11.831

Fonte: IBGE, CNI, FIESP, FIRJAN, ACSP, DIEESE/SEADE, SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data. (1) Na capital (SP). (2) Nova série com índice base 2011=100. * Metodologia com ajuste sazonal. ** Variação em 12 meses. *** Em São Paulo. **** Acumulada em 12 meses.

Produção e investimento

Variação no período

	2013 (1)	2012	2011	2010	2009	2008
PIB (R\$ bilhões)*	4.715,1	4.392,1	4.143,0	3.770,1	3.239,4	3.032,2
PIB (US\$ bilhões)**	-	-	2.252,6	2.475,1	2.143,9	1.650,9
Taxa de Variação Real (%)	2,3	1,0	2,7	7,5	-0,3	5,2
Agropecuária	5,1	-2,1	3,9	6,3	-3,1	6,3
Indústria	0,9	-0,8	1,6	10,4	-5,6	-4,1
Serviços	2,3	1,9	2,7	5,5	2,1	4,9
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	3,7	-4,0	4,7	21,3	-6,7	13,6
Investimento (% do PIB)	18,3	18,2	19,3	19,5	18,1	19,1

Fonte: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data. ** Banco Central. Obs.: dados do IBGE apresentados segundo a nova metodologia de cálculo. (1) 3º trim. de 2013, acum. nos últimos 12 meses.

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

	Salário de contribuições em R\$	Alíquotas em % INSS (1)	IRPF (2)
Até 1.787,77	-	-	-
Até 1.247,70	8,00	8,00	-
De 1.247,71 a 2.079,50	9,00	9,00	-
De 2.079,51 a 4.159,00	11,00	11,00	-
Empregador doméstico	12,00	-	-

Fonte: Ministério da Previdência Social. Elaboração: Valor Data. * Competência dezembro/13. ** Inclusive empregados domésticos. (1) Para fins de recolhimento ao INSS. (2) Para determinar a base de cálculo do IRPF.

IR na fonte

Faixas de contribuição

	Base de cálculo em R\$	Alíquota em %	Parcela a deduzir em R\$	IR - em R\$
Até 1.787,77	-	-	-	-
Até 1.247,70	8,00	8,00	-	-
De 1.247,71 a 2.079,50	9,00	9,00	-	-
De 2.079,51 a 4.159,00	11,00	11,00	-	-
Empregador doméstico	12,00	-	-	-

Fonte: Secretaria da Receita Federal. Elaboração: Valor Data. Obs. Desconto por dependente: R\$ 179,71. Ano-calcendário de 2014.

Principais receitas tributárias

Valores em R\$ bilhões

Valores acumulados	dez/12 - nov/13		jan - dez/12		jan - dez/11	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
Receita Federal						
Imposto de renda total	283,9	8,14	264,1	5,74	249,8	19,99
- Imposto de renda pessoa jurídica	119,7	11,77	108,8	4,60	104,1	16,78
- Imposto de renda pessoa física	164,2	5,34	155,3	5,82	145,7	21,55
- Imposto sobre produtos industrializados	46,7	1,35	45,9	-2,11	46,9	17,32
- Imposto sobre operações financeiras	29,1	-6,35	30,8	-3,25	31,8	19,57
- Imposto de importação	36,3	17,35	31,1	16,37	26,7	26,59
CPMF (1)	21,9	0,1	-0,16	0,1	21,93	-
Contribuição para Fincasol (Cofins)	189,4	10,08	174,5	10,37	158,1	13,16
CSLL	62,6	10,67	57,5	-1,05	58,1	26,56
PI/S/Prep	49,7	8,88	46,2	10,45	41,8	3,20
Outras receitas	425,5	12,66	379,0	6,34	364,4	12,12
Total (S/IF e Previdência)	1.123,2	9,83	1.029,3	6,12	969,9	17,25
ICMS - Brasil ** (2) (nov/12 - out/13)	357,6	-	375,9	24,86	301,1	16,77
- ICMS - São Paulo	120,7	11,96	109,1	6,82	102,1	10,64
- ICMS - Rio de Janeiro	30,8	23,33	25,5	1,24	25,2	9,36
- ICMS - Minas Gerais	35,0	10,85	32,1	-9,86	29,2	7,67
INSS (nov/12 - out/13)	300,8	11,46	275,8	12,15	245,9	15,77
Total das principais receitas	-	-	1.680,9	10,82	1.516,9	16,97

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data. * Sobre o mesmo período do ano anterior. ** Provisória. (1) A partir de abril/12 passa a ser incluída em outras receitas. (2) Exceto AP, BA, PE, SE e DF para out/13

Inflação

no período (em %)

	Acumulado em				Número índice	
	dez/13	nov/13	2013*	2012 12 meses*	dez/13	nov/13
IBGE	-	-	0,54	4,95	5,84	5,77
IPCA	-	-	0,54	4,95	5,84	5,77
IPCA-Deflato	-	-	0,20	-2,14	19,20	-0,90
IPCA-E	0,75	0,57	5,85	5,78	5,85	37,31
FGV						
IGP-DI	-	-	0,28	4,80	8,10	5,49
Núcleo do IPC-DI	-	-	0,41	4,68	4,81	5,17
IPCA-DI	-	-	0,12	4,25	9,13	5,02
IPCA-Deflato	-	-	0,20	-2,14	19,20	-0,90
IPCA-Ind	-	-	0,09	6,88	5,54	7,44
IPCA-D	-	-	0,68	4,91	5,74	5,59
INCC-DI	-	-	0,35	7,99	7,12	8,16
IPCA-OG**	-	-	0,60	0,29	5,51	7,82
IGPM	0,63	0,17	5,12	8,63	5,12	5,95
IPC-M	0,69	0,65	5,51	5,79	5,51	4,15
INCC-M	0,22	0,27	8,05	7,23	8,05	5,67
IGP-I	0,44	0,44	5,39	7,42	5,39	5,44
IPA-10	0,38	0,40	4,97	8,06	4,97	6,08
IPC-10	0,68	0,61	5,47	5,73	5,47	4,17
INCC-10	0,26	0,32	7,97	7,05	7,97	5,60
IPC-RJ	-	-	-	-	-	-
FICPE	-	-	-	-	-	-
IPC	0,65	0,46	3,88	5,10	3,88	3,84
DIEESE						
ICV	-	-	0,45	5,58	6,41	6,03

Obs.: IGP-M 2º prévio de dez/13 = 0,54% e IPC-FICPE 2º quadrimestre de dez/13 = 0,50%. Fonte: FGV, IBGE, FICPE e DIEESE. Elaboração: Valor Data. * Acumulado até o último mês indicado. ** Série descontinflada.

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2013

Quota	Vencimento	No prazo legal	
		Valor da Cota (Campo 7 do DARF)	Valor dos Juros (Campo 9 do DARF)
1ª ou única	30/04/13	-	-
2ª	30/05/13	-	-
3ª	28/06/13	-	-
4ª	30/07/13	-	-
5ª	30/08/13	-	-
6ª	30/09/13	-	-
7ª	30/10/13	-	-
8ª	29/11/13	-	-